

A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SANTOS (2006-2012). A AMPLIAÇÃO DA JORNADA DOS ALUNOS, A FORMAÇÃO DE EDUCADORES E O MONITORAMENTO DAS APRENDIZAGENS.

Maria José Marques
Universidade Metropolitana de Santos- maryjosefmarques@gmail.com

RESUMO

O relato da prática contempla o processo estrutural e pedagógico desenvolvido para ampliação da jornada dos alunos, no período de 2006 a 2012, com a Educação Integral no Ensino Fundamental no município de Santos. As dificuldades de espaços para atender aos alunos em mais tempo e oportunidades de aprendizagens, próprias de um território insular com alta densidade demográfica, foram superadas a partir do protagonismo local com o estabelecimento de parcerias nos territórios, criando-se núcleos de extensão das escolas a partir da regulamentação em lei municipal. A Educação Integral oferece aos alunos formação mais completa, contemplando tanto os conhecimentos historicamente acumulados quanto os conhecimentos contemporâneos, proporcionando possibilidades de enriquecimento de seu universo de referências. A incorporação de outros espaços, atores e saberes, agregaram valores ao currículo ampliando as oportunidades de aprendizagens dos alunos. A formação dos educadores em ação, por meio de uma proposta dialógica e coletiva, teve importância fundamental no rumo das ações constantemente refletidas. O monitoramento do programa por meio de uma matriz utilizada como ferramenta de gestão, realizado de 2010 a 2012, teve a finalidade de avaliar e demonstrar como o “Jornada Ampliada” contribuía para o desenvolvimento das crianças e adolescentes participantes.

Palavras-chave: Educação Integral, Aprendizagens, Formação de Educadores, Monitoramento.

INTRODUÇÃO

Criado pela Prefeitura de Santos em 2006 e fundamentado no direito universal à educação, o Programa Escola Total-Jornada Ampliada tem a pretensão de buscar garantia de uma educação de qualidade como requisito indispensável para garantir cidadania, entendendo-a como condição central para que a sociedade possa construir um projeto político, econômico e social que garanta uma vida de respeito e dignidade para todos. O relato de prática deriva de nossa experiência na coordenação geral junto à Secretaria Municipal de Educação e procuramos, por meio deste artigo, contribuir com a reflexão sobre a política pública de ampliar o tempo, os espaços e oportunidades de aprendizagens dos alunos do Ensino Fundamental com currículo que contemple conhecimentos historicamente acumulados e saberes contemporâneos, ousando significativamente com esta configuração, tendo em vista o município não possuir nos edifícios escolares espaços para realiza-lo e nem tampouco, professores para tal.

Com objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, democratizando o acesso à cultura, à arte e ao esporte, lança mão de duas estratégias: escolas com tempo de permanência ampliado em núcleos, fruto de parcerias com espaços públicos e comunitários e, construção de novas escolas que incorporem projetos arquitetônicos para desenvolver período integral aos alunos. No primeiro ano, após a realização de projeto piloto em uma Unidade Municipal de Educação o Programa, regulamentado por lei municipal, passou a ter orçamento destacado para tal. Dessa forma, inicia o funcionamento em 2006 com mil crianças inscritas, expande-se rapidamente e em 2012 o número salta para 4600 alunos participantes, atendidos por cerca de 420 educadores que recebem auxílio monetário. Com cerca de atividades e saberes diversificados os alunos passam a ter nove horas diárias de atividades educativas, e os alunos participantes são inscritos por opção de seus responsáveis e passam a ter nove horas diárias, incorporado o tempo para as refeições, contando com transporte especial para deslocamento quando necessário. Mais do que a preocupação com a ampliação do tempo, nos preocupamos como nossas crianças e adolescentes podiam conhecer e usar diferentes espaços da cidade e do território, e experimentar coisas novas, aprender música, teatro, praticar esportes, ocupar as ruas e praças, sentir-se parte da areia e jardins da praia, do centro e dos morros, desenvolvendo assim o sentimento de pertencimento à cidade. Em virtude dessa iniciativa, Santos foi reconhecida como Cidade Educadora em outubro de 2008, fazendo parte de um seleto grupo de apenas 15 cidades brasileiras. A proposta Cidades Educadoras iniciou-se como movimento em 1990, em Congresso Internacional realizado em Barcelona, quando um grupo de cidades representadas por seus governos locais planejou trabalhar conjuntamente sua participação ativa no uso e na evolução da própria cidade. Os municípios fazem parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras e atendem a uma carta de princípios básicos para a constituir-se como tal. Convém destacar que o município de Santos garante núcleos na proximidade a todas as escolas, tanto na área insular como na área continental do município, e dessa forma justifica a opção pela palavra “total” em sua denominação, referindo-se à intenção de oferecer atividades educativas para todos utilizando os espaços das escolas e da cidade e articulando-se na esfera nacional, com a agenda pública que amplia o tempo de permanência dos alunos na escola, como o foi o Programa “Mais Educação” (2007-2016), coordenado pelo Ministério da Educação.

Em sua concepção incorpora a possibilidade de contar com um coletivo de educadores que incorporem a proposta de aprendizado coletivo e de saberes compartilhados, passando a valorizar a importância de um perfil que contemple a formação contínua desenvolvida no cotidiano da escola ou núcleo, dessa forma fortalecendo as equipes e criando vínculos entre os diversos envolvidos na elaboração de um projeto pedagógico que assegure a aprendizagem de todos e de cada um.

Nesse contexto, surgem as indagações: a qualidade a ser assumida pela escola será algo possível de promover-se apenas com o estabelecimento da ampliação do tempo e uso de outros recursos físicos, materiais e humanos do território, com caráter intersetorial? E como operacionalizar o Programa se não há recursos humanos e equipes/gestoras com formação inicial específica ou previamente experimentadas?

Desta forma se estabelecem dois grandes desafios que foram sendo enfrentados: fazer articulações e parcerias para a ampliação e valorização dos saberes do território e investir na formação de coletivos envolvidos com esta concepção. Ainda, para acompanhar o desenvolvimento de sua implementação e buscar indicadores do que estava sendo alcançado, realizamos em 2010 uma matriz avaliativa para subsidiar o monitoramento do Programa como uma ferramenta de gestão que contou com a participação de muitos profissionais em buscar o melhor caminho para tal, sem reproduzir práticas avaliativas tradicionais. O monitoramento desenvolveu-se em 2011 e 2012, com a participação de todos os segmentos envolvidos: professores/educadores, equipe gestora, pais/responsáveis, alunos, funcionários e os resultados obtidos apontam para um bem sucedido projeto.

Procuraremos no relato evidenciar como foram vencidas dificuldades e superados os desafios e quais ações colaboraram para buscar a constituição de equipes, especialmente professores/educadores, cuidando da formação desses novos atores, à medida que novo perfil profissional estava entrando em cena nas escolas. Assim, apresentamos como foi possível e está ao alcance dos municípios, mesmo em situações menos favoráveis, a implantação da Educação Integral, na medida em que se estabelece o diálogo da escola com as políticas públicas de seu entorno, equipamentos, atores e protagonistas, e efetiva-se parcerias na busca da ampliação dos espaços, dinamizando e aproximando as relações da escola com a comunidade e da comunidade com a escola.

Com referência na teoria e na práxis das vivências extraídas de outras experiências, surgem os problemas a serem enfrentados que passam sempre por

dificuldades políticas, ícones de nossa educação, entre eles Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, deixaram-nos um legado de proposições e orientações que estão atuais, senão vejamos:

“ Já não se trata de escolas e salas de aula, mas de todo um conjunto de locais, em que as crianças se distribuem, entregues a atividades de estudo, de trabalho, de recreação, de reunião, de administração, de decisão e de vida e de convívio no mais amplo sentido desse termo. A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da escola tradicional com os da oficina, do clube de esportes e de recreação, da casa, do comércio, do restaurante, do teatro, compreendendo, talvez, o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais.”
(TEIXEIRA, 1961, p. 197).

Vencendo o encaminhamento da educação tradicional de transmitir conteúdo, há o compromisso de um novo paradigma: estimular a criatividade, o pensar crítico e autônomo, a vivência plural e diversificada para a formação de um cidadão crítico e capaz de mudar sua própria história. E nessa busca abre-se o caminho para a formação de todos os protagonistas envolvidos.

METODOLOGIA

Contexto

Em Santos, assim como em outros municípios brasileiros, implantou-se a Educação Integral como política pública na primeira década do século XXI. Após uma experiência piloto bem sucedida em 2005, o Programa foi implantado e regulamentado por lei em 2006, para ter a garantia de recurso próprio no orçamento municipal. Dessa forma, atendeu a expectativa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que no artigo 34 prevê a gradativa ampliação da jornada escolar para além do mínimo das quatro horas diárias no ensino fundamental, a critério do sistema de ensino. Coordenado pela SEDUC- Secretaria Municipal de Educação, expandiu-se rapidamente lançando mão de duas estratégias: escolas de tempo integral, com estrutura física para tal fim e núcleos, que ampliavam a jornada diária dos alunos ocupando outros espaços do território, fruto de parcerias pública e com a sociedade civil. Os recursos humanos estavam continuamente em formação ativa, no seu próprio grupo de trabalho, desenvolvida sob responsabilidade das equipes das escolas e SEDUC. Nesse sentido ressalta-se que a parceria com o Programa Mais Educação, de competência do Ministério da Educação, contribuiu significativamente para a formação das equipes de coordenação e melhoria no modo de operacionalização do programa municipal.

Referenciais teóricos e práticos

Tratando o conhecimento de forma multidimensional estabelece-se para os alunos em Educação Integral um novo arranjo curricular na organização do tempo e do trabalho docente. De forma sistemática e organizada, tinha por objetivos oferecer aos alunos saberes contemporâneos por meio de atividades esportivas, artísticas e culturais, com finalidade de ampliar o tempo, os espaços e as oportunidades de aprendizagem dos alunos. Projetava a possibilidade de os alunos serem sujeitos de seu desenvolvimento e de sua autonomia, melhorando a autoestima à medida que favorece o sentimento de pertencimento a um grupo para poder relacionar-se e compartilhar experiências, trazendo a satisfação gerada pelo “aprender a conviver”.

Muitos desafios foram enfrentados na busca dos recursos humanos comprometidos com os objetivos e desenvolvimento desse currículo. O diagnóstico apontava que não tínhamos docentes com formação acadêmica específica e, em consequência, necessário seria buscar por um perfil de educador voltado para tal. Logo, em algumas áreas como as voltadas para atividades artísticas, culturais e também de outros saberes que articulam o currículo, era difícil encontrar professores habilitados em cursos de licenciaturas com o perfil anunciado. Como a Educação Integral não é uma nova modalidade de educação, o termo educador não trata de criar uma nova categoria profissional. O papel deste educador, que é o de criar condições para que a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos se potencializem, constitui um perfil que passou a ser o farol para a seleção dos educadores. Rompendo barreiras e tradições nos critérios para seleção de professores nas redes públicas, normalmente estabelecidos por tempo de serviço, formação acadêmica e cursos afins pontuados para classificação, abriu-se a possibilidade de atuação de voluntários com conhecimento e experiência na área em que se dispõem a atuar, e apresentação de projeto em consonância com os objetivos propostos voltado para a ampliação do universo cultural, social e pessoal dos alunos participantes. Dessa forma, outros profissionais que atuavam em cursos livres de diversas especificidades tinham perfil e experiência para trabalhar com os alunos. A norma da SEDUC permitiu que os interessados assim manifestados fossem avaliados por meio de entrevista e posterior formação inicial, ratificando a importância de se tornar corresponsável pela implementação da educação integral no município com os objetivos apontados. Como fruto do processo, assumiam como voluntários as oficinas diversas, recebendo para tal auxílio monetário.

As equipes de trabalho e a formação inicial e continuada.

A equipe de trabalho na Educação Integral, além da coordenação geral do programa, tinha diversos sujeitos no universo da escola que exerciam o papel de educadores: professores, oficineiros, monitores, funcionários, coordenadores, voluntários –, assim denominados pela disposição em dialogar com os alunos, ouvindo-os e mediando o processo de seu desenvolvimento. Este coletivo tem sua formação desencadeada pela equipe de coordenação do programa, e era realizada de forma ativa e em serviço, direta ou indiretamente. Os encontros sistemáticos e semanais com as equipes gestoras dos núcleos/escolas tinha a intencionalidade de estudar e trabalhar a conceituação de educação integral, a fim de incorporá-las na elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico em articulação com os saberes dos territórios.

A partir desses encontros a equipe gestora de cada núcleo/escola encaminhava a formação com os educadores/professores em reuniões diárias, realizada por meio da reflexão sobre a ação, estudos do arcabouço teórico, contextualizando as especificidades e necessidades do processo desenvolvido. A equipe de coordenação da SEDUC também realizava reuniões quinzenais de formação das coordenações locais e a cada mês, havia uma reunião de todos os educadores envolvidos, para momentos de formação mais geral.

Em uma agenda mais ampla e no bojo do Congresso Municipal de Educação “Paulo Freire”, realizado anualmente e atualmente na 32ª edição, desenvolvia-se momentos com Palestras e Mesas de Referência, Colóquios e relatos de experiência sobre temas pertinentes à Educação Integral, valorizando e ampliando o universo de interesse para a cidade, estudantes de licenciaturas e outros setores da área social.

A proximidade das Universidades da região somente se deu a partir da construção do processo avaliativo Monitoramento das Aprendizagens dos alunos, formalmente iniciado em 2010, também com intenção de desencadear um processo de aprendizagem social capaz de circular as informações que estão segmentadas nas diversas equipes de trabalho e, desse modo, permitir uma apreensão do programa em sua totalidade e transformá-lo em oportunidade de aprendizado coletivo. Esse processo culminou com a publicação de dois cadernos de exposição da experiência realizada e dos primeiros resultados do monitoramento, para ser utilizado como ferramenta de gestão.

Algumas experiências de formação inicial e continuada para a Educação Integral estão sendo realizadas em Universidades Federais por iniciativa de suas Faculdades de Educação. Esta, por certo, é uma dificuldade apresentada pelo programa e as Universidades da região de Santos, sempre interlocutoras e parceiras comprometidas, que poderiam efetuar estudos e projeções para que essa necessidade venha a ser atendida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Elaboração da proposta de monitoramento e avaliação do Programa Escola Total - Jornada Ampliada.

Em 2010 a Secretaria de Educação tomou uma importante decisão para o amadurecimento do Programa Escola Total - Jornada Ampliada: construir uma matriz de monitoramento das aprendizagens dos alunos com a participação de suas famílias, educadores e gestores, como uma comunidade de aprendizagem.

Muitos foram os fatores que contribuíram para essa decisão, principalmente o inegável alinhamento do município com o debate nacional sobre Educação Integral à época, o que nos levou a buscar contribuir com propostas para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Também influenciou essa decisão o avanço no desempenho das escolas municipais no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), superando, tanto nos anos iniciais quanto nos finais do Ensino Fundamental, a meta projetada pelo Ministério da Educação para 2007 e 2009. E assim surgia o questionamento, a implantação da Educação Integral com a Jornada Ampliada contribuiu para o avanço desses resultados?

O monitoramento foi útil para coletar informações com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho dos envolvidos identificando dificuldades e necessidades e visualizando o que precisaria ser melhorado. Este trabalho foi realizado ao mesmo tempo em que o Programa estava acontecendo. Era necessário acompanhar o Programa durante o processo para assim conseguir-se identificar o que estava indo bem e acertar o que precisasse ser acertado. Outro ponto importante: o monitoramento foi feito pelos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, ou seja, educadores, monitores, orientadores de núcleos, professores e diretores de escolas, os alunos e também seus familiares. Os próprios agentes educativos produziram as informações sobre o seu trabalho. Essas informações foram analisadas por eles mesmos para produzir soluções aos problemas apresentados, com apoio e orientação dos gestores.

Enfim, o monitoramento possibilitou aos profissionais: produzir conhecimento do próprio trabalho a partir da prática; indicar necessidades de aperfeiçoamento dos profissionais para programas de formação continuada e indicar a necessidade de articulação com outros espaços e instituições. O monitoramento nos permitiu ver, compartilhar e celebrar resultados parciais, fundamentais no dia-a-dia, e entender que avaliações mais focadas no cotidiano nos auxiliam a incorporar posturas proativas que avaliações em larga escala não contemplam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Integral se faz quando se tem uma clara intencionalidade e uma política pública que articule o conjunto das aprendizagens e seus objetivos para o desenvolvimento da criança e do adolescente sendo fundamental pensar, nos termos da Escola Integral, o Projeto Político Pedagógico em cada escola e em cada núcleo. Não basta apenas a Secretaria de Educação estar empenhada em implantar a Educação Integral em seu município. É preciso que cada escola tenha clareza sobre seus objetivos para com a Educação Integral, a fim de não operacionalizar “mais tempo da mesma coisa”, equívoco que ainda precisa ser superado em algumas experiências brasileiras.

Outro ponto de importância fundamental diz respeito à participação universitária. O Ministério da Educação vinha estimulando o mundo acadêmico para que sua produção respondesse diretamente às necessidades práticas. É preciso estabelecer novos estágios para que os alunos das licenciaturas conheçam e ajudem a criar arranjos educativos diferentes, a partir da sua própria formação. É necessário estreitar a relação entre a universidade e a escola pública, especialmente quanto a educação Integral.

É também importante destacar, mais uma vez, a relação entre escola, família e comunidade, valorizando experiências já existentes nesses setores da sociedade. A escola precisa buscar a família para uma participação maior, conhecer melhor essa família, essa criança, essa comunidade e valorizar os conhecimentos que elas têm, garantindo-lhes, também, oportunidades culturais, de lazer e de saúde, especialmente em escolas mais afastadas.

Realizar educação pública no Brasil exige especialmente dos municípios um compromisso efetivo com a criança e seu direito com a educação de boa qualidade. Não basta “tirar crianças da rua”, mesmo considerando a importância deste ato se for para acrescentar valor. É necessário mudar o olhar, ousar e investir em parcerias e formação

dos recursos humanos com concepções adequadas e que garantam os princípios contextualizados.

Falar em Educação Integral implica em falar em democracia. Partindo da afirmação de Jaqueline Moll, sobre a necessidade de construção da agenda da Educação Integral no Brasil:

“Se as políticas de educação básica no Brasil, não tiveram no século XX a continuidade necessária ao seu amadurecimento, para universalização qualificada de todos os seus níveis e modalidades, as sementes plantadas pelos que sonharam e construíram experiências diferenciadas foram florescendo em expressões locais, em legislações democráticas e em grandes fóruns que, de norte a sul, reviveram projetos de uma educação democrática e unitária inspirada em Anísio, Darcy, Freire e outros.” (MOLL, 2012, p. 130).

Consideramos que caminhar nessa direção é o desafio maior da Educação Integral na atualidade para garantir os sonhos adiados na educação brasileira. Sonho este que continua vivo em mentes e corações para a construção de uma sociedade mais humana e justa.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. *Educação e Cidadania: Quem Educa o Cidadão?* Vol. 16. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação?* São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei N. 9.394/1996. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional.* Brasília: Senado Federal, 1996.
- CASASSUS, Juan. *A escola e a desigualdade.* Brasília: Líber Livro Editora, Unesco, 2007.
- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.* São Paulo: Cortez, Unesco. MEC, 1996.
- FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade.* São Paulo: Cortez, 1.999.
- MOLL, Jaqueline (org.). *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos.* Porto Alegre: Editora Penso, 2012.
- MOLL, Jaqueline (org.). *Os tempos da vida nos tempos da escola. Construindo possibilidades.* Porto Alegre: Editora Penso, 2013.
- PEREIRA, Eva Waisros (et all). *Nas asas de Brasília. Memórias de uma utopia educativa (1956-1964).* Brasília: Editora UNB, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- SEDUC, Programa Escola Total – *Monitoramento e Avaliação do Jornada Ampliada.* Santos: Prefeitura de Santos, 2011.
- SEDUC, Programa Escola Total - *Primeiros Resultados e o Monitoramento como ferramenta de gestão.* Santos, Prefeitura de Santos, 2012.
- TEIXEIRA, Anísio. *Plano de Construções Escolares de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Rio de Janeiro, 35 (81): 195:199, jan./mar,1961.

